



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: 1010450-09.2018.8.26.0566  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Comum - Inventário e Partilha**  
 Inventariante e herdeiros: Maria das Dores Moreira Ramos, Maria Julia Moreira Ramos, Prislaine Moreira Ramos e Robson Moreira Ramos  
 Inventariado: Romão Moreira Ramos

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663 do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 01/06. As certidões negativas constam dos autos.

O MP emitiu o parecer de fls. 50. Desnecessária nova apresentação do plano de partilha, pois o que surgiu com a inicial satisfaz, suficientemente, à compreensão da partilha.

**HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 01/06 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, e o faço com a ressalva de que a atribuição correta da cota-parte de cada herdeiro filho é de **16,6666% ou 1/6** do imóvel partilhado. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará **AUTOMATICAMENTE** o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**), autorizando os herdeiros a obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

O Fisco Estadual recebeu senha (fls. 38/39) para ter pleno acesso a estes autos. O lançamento administrativo do ITCMD não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado aquiesceu a essa possibilidade.

P. I. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, oportunamente, competindo ao cartório certificar, oportunamente, o trânsito em julgado.

São Carlos, 12 de novembro de 2018

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**